

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	12
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração	15
----------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	61
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	64
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	65
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	66
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.751.387.796
Preferenciais	0
Total	1.751.387.796
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	1.960.487	1.819.764	1.696.402
1.01	Ativo Circulante	49.946	44.045	45.091
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	27.290	12.230	13.846
1.01.03	Contas a Receber	18.445	25.887	24.114
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	18.445	25.887	24.114
1.01.03.02.01	Contas a Receber	18.408	25.887	23.110
1.01.03.02.02	Contas a Receber Partes Relacionadas	37	0	1.004
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.276	2.224	3.171
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.276	2.224	3.171
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.505	3.443	3.692
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	430	261	268
1.01.08.03	Outros	430	261	268
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	99	0	0
1.01.08.03.02	Outros Créditos	331	261	268
1.02	Ativo Não Circulante	1.910.541	1.775.719	1.651.311
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	170.585	154.604	92.646
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	24.397	24.767	21.203
1.02.01.01.03	Aplicação Financeira Vinculada	24.397	24.767	21.203
1.02.01.03	Contas a Receber	0	1.123	4.428
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	1.123	4.428
1.02.01.06	Tributos Diferidos	117.340	102.564	54.055
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	117.340	102.564	54.055
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	8.672	7.675	37
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	20.176	18.475	12.923
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	20.176	18.475	12.923
1.02.03	Imobilizado	5.984	4.615	2.051
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.984	4.615	2.051
1.02.04	Intangível	1.730.406	1.609.043	1.545.266
1.02.04.01	Intangíveis	1.730.406	1.609.043	1.545.266

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.02.05	Diferido	3.566	7.457	11.348

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	1.960.487	1.819.764	1.696.402
2.01	Passivo Circulante	168.195	211.518	264.116
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.139	6.786	6.902
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.139	6.786	6.902
2.01.02	Fornecedores	30.209	25.477	15.008
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	30.209	25.477	15.008
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	30.209	25.477	15.008
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.824	4.936	3.609
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.824	4.936	3.609
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	58.583	54.378	164.117
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	58.605	54.400	49.227
2.01.04.02	Debêntures	-22	-22	114.890
2.01.05	Outras Obrigações	18.941	46.036	63.747
2.01.05.02	Outros	18.941	46.036	63.747
2.01.05.02.05	Cauções Contratuais de Fornecedores	12.607	10.987	13.916
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	3.643	4.927	1.015
2.01.05.02.07	Taxa de Fiscalização	1.189	1.132	1.039
2.01.05.02.08	Transações com partes relacionadas	1.502	28.990	47.777
2.01.06	Provisões	48.499	73.905	10.733
2.01.06.02	Outras Provisões	48.499	73.905	10.733
2.01.06.02.04	Provisão para investimentos em rodovias	21.516	31.734	10.733
2.01.06.02.05	Provisão para manutenção em rodovias	26.983	42.171	0
2.02	Passivo Não Circulante	776.408	1.085.530	1.048.364
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	648.530	638.049	542.625
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	575.996	572.308	542.625
2.02.01.02	Debêntures	72.534	65.741	0
2.02.01.02.01	Debêntures	72.534	65.741	0
2.02.02	Outras Obrigações	0	357.683	381.428
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	357.683	381.263

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	357.683	381.263
2.02.02.02	Outros	0	0	165
2.02.04	Provisões	127.878	89.798	124.311
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.365	4.366	554
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	561	663	250
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	591	749	304
2.02.04.01.05	Contingências Regulatórias	4.213	2.954	0
2.02.04.02	Outras Provisões	122.513	85.432	123.757
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	80.695	85.175	93.091
2.02.04.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	41.818	257	30.666
2.03	Patrimônio Líquido	1.015.884	522.716	383.922
2.03.01	Capital Social Realizado	1.227.885	706.001	473.001
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-212.001	-183.285	-89.079

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	491.343	401.103	445.830
3.01.01	Serviços prestados	315.822	262.593	242.129
3.01.02	Receita dos serviços de construção	192.137	150.406	204.206
3.01.03	Receitas Acessórias	12.573	12.811	23.425
3.01.04	Deduções dos serviços prestados	-29.189	-24.707	-23.930
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-424.031	-392.979	-420.194
3.02.01	Custo dos serviços prestados	-231.894	-242.573	-215.988
3.02.02	Custo dos serviços de construção	-192.137	-150.406	-204.206
3.03	Resultado Bruto	67.312	8.124	25.636
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-25.103	-25.374	-22.410
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-26.075	-25.200	-22.410
3.04.02.01	Remuneração da Administração	-1.968	-1.903	-1.816
3.04.02.02	Despesas Gerais e Administrativas	-24.107	-23.282	-20.594
3.04.02.03	Tributárias	0	-15	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	972	-174	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	42.209	-17.250	3.226
3.06	Resultado Financeiro	-85.701	-125.465	-103.704
3.06.01	Receitas Financeiras	5.467	7.229	13.087
3.06.02	Despesas Financeiras	-91.168	-132.694	-116.791
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-43.492	-142.715	-100.478
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	14.776	48.509	34.107
3.08.02	Diferido	14.776	48.509	34.107
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-28.716	-94.206	-66.371
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-28.716	-94.206	-66.371
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,02010	-0,13226	-0,16728

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-28.716	-94.206	-66.371
4.03	Resultado Abrangente do Período	-28.716	-94.206	-66.371

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	87.585	19.786	22.606
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	148.660	109.164	103.580
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-28.716	-94.206	-66.371
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	108.781	90.933	77.881
6.01.01.03	Baixa de ativos permanentes	2.373	366	390
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-14.776	-48.509	-34.107
6.01.01.06	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-2.405	-2.250	-2.131
6.01.01.07	Juros e variações monetárias sobre mútuos	16.406	64.024	53.766
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de empréstimos	61.418	54.488	43.312
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de debêntures	4.388	5.015	12.009
6.01.01.10	Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	6.707	6.199	782
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	4.795	5.478	1.293
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	-10.311	27.626	16.756
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-62.069	-85.301	-67.814
6.01.02.01	Contas a receber - Ativo	7.694	-2.005	-2.340
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas - Ativo	-37	1.004	4
6.01.02.03	Impostos a recuperar - Ativo	2.572	-8.382	-1.460
6.01.02.05	Depósitos judiciais - Ativo	1.293	106	245
6.01.02.06	Fornecedores - Passivo	-7.142	-8.156	4.674
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas - Passivo	-1.785	550	249
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores - Passivo	-302	-3.074	-3.229
6.01.02.09	Obrigações sociais - Passivo	353	-116	537
6.01.02.10	Obrigações fiscais - Passivo	-5.602	3.811	0
6.01.02.13	Contas a pagar - partes relacionadas - Passivo	0	0	-10.000
6.01.02.14	Sinistros Recebidos - Passivo	0	0	-60
6.01.02.15	Outras contas a pagar - Passivo	-1.639	1.607	150
6.01.02.18	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais - Passivo	-3.796	-1.666	-1.349
6.01.02.19	Despesas antecipadas sobre empréstimos - Passivo	0	0	-19
6.01.02.20	Pagamento de juros - federais - Passivo	-53.678	-68.980	-55.216

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01.03	Outros	994	-4.077	-13.160
6.01.03.01	Estoques - Ativo	0	0	132
6.01.03.02	Despesas antecipadas - Ativo	-59	-7.389	-1.588
6.01.03.04	Outros créditos - Ativo	-70	7	-268
6.01.03.05	Outras contas a receber - Ativo	1.123	3.305	-4.428
6.01.03.07	Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Mútuo	0	0	-7.008
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-198.272	-145.294	-210.664
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-1.967	-2.855	-660
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-197.456	-140.681	-211.457
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-5.152	-1.758	0
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	6.303	0	1.453
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	125.747	123.892	80.088
6.03.01	Captações de empréstimos	51.865	75.366	0
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-52.618	-49.474	-40.962
6.03.04	Emissão de debêntures	0	65.000	0
6.03.05	Pagamentos de debêntures - principal	0	-100.000	-33.950
6.03.07	Captações de empréstimos empresas ligadas	0	0	20.000
6.03.08	Pagamentos de principal - empresas ligadas	0	-100.000	0
6.03.14	Aumento de Capital	126.500	233.000	135.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	15.060	-1.616	-107.970
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.230	13.846	121.816
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	27.290	12.230	13.846

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	706.001	0	0	-183.285	0	522.716
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	706.001	0	0	-183.285	0	522.716
5.04	Transações de Capital com os Sócios	521.884	0	0	0	0	521.884
5.04.01	Aumentos de Capital	521.884	0	0	0	0	521.884
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-28.716	0	-28.716
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-28.716	0	-28.716
5.07	Saldos Finais	1.227.885	0	0	-212.001	0	1.015.884

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	473.001	0	0	-89.079	0	383.922
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	473.001	0	0	-89.079	0	383.922
5.04	Transações de Capital com os Sócios	233.000	0	0	0	0	233.000
5.04.01	Aumentos de Capital	233.000	0	0	0	0	233.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-94.206	0	-94.206
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-94.206	0	-94.206
5.07	Saldos Finais	706.001	0	0	-183.285	0	522.716

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	338.001	0	0	-22.708	0	315.293
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	338.001	0	0	-22.708	0	315.293
5.04	Transações de Capital com os Sócios	135.000	0	0	0	0	135.000
5.04.01	Aumentos de Capital	135.000	0	0	0	0	135.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-66.371	0	-66.371
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-66.371	0	-66.371
5.07	Saldos Finais	473.001	0	0	-89.079	0	383.922

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	521.586	425.636	469.760
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	315.822	262.593	242.129
7.01.02	Outras Receitas	205.764	163.043	227.631
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	192.137	150.406	204.206
7.01.02.03	Receitas acessórias	13.627	12.637	23.425
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-296.611	-284.521	-316.299
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-22.944	-25.503	-3.715
7.02.04	Outros	-273.667	-259.018	-312.584
7.02.04.01	Custo dos serviços de construção	-192.137	-150.406	-204.206
7.02.04.02	Custos dos serviços prestados	-70.619	-61.334	-72.168
7.02.04.03	Custo da provisão para manutenção	10.311	-27.626	-16.756
7.02.04.04	Custo da concessão	-21.222	-19.652	-19.454
7.03	Valor Adicionado Bruto	224.975	141.115	153.461
7.04	Retenções	-108.781	-90.933	-77.881
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-108.781	-90.933	-77.881
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	116.194	50.182	75.580
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.190	15.508	25.149
7.06.02	Receitas Financeiras	5.467	7.229	13.087
7.06.03	Outros	3.723	8.279	12.062
7.06.03.01	Juros Capitalizados	3.723	8.279	12.062
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	125.384	65.690	100.729
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	125.384	65.690	100.729
7.08.01	Pessoal	43.784	42.178	43.258
7.08.01.01	Remuneração Direta	32.436	31.229	32.815
7.08.01.02	Benefícios	9.053	8.507	8.191
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.295	2.442	2.252
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	15.244	-23.632	-10.178
7.08.02.01	Federais	-969	-37.080	-23.094
7.08.02.02	Estaduais	1	2	0

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.02.03	Municipais	16.212	13.446	12.916
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	78.666	76.211	80.254
7.08.03.01	Juros	65.806	59.517	51.249
7.08.03.02	Aluguéis	1.181	1.030	5.167
7.08.03.03	Outras	11.679	15.664	23.838
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	0	0	6.043
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados BNDES	1.340	3.586	6.809
7.08.03.03.03	Juros Capitalizados Debêntures	2.383	3.578	5.253
7.08.03.03.04	AVP - Inv. Infra-Estrutura a Realizar Manutenção	0	0	5.733
7.08.03.03.06	Outras	7.956	8.500	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-28.716	-94.206	-66.371
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-28.716	-94.206	-66.371
7.08.05	Outros	16.406	65.139	53.766
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	16.406	64.024	53.766
7.08.05.02	Juros Capitalizados	0	1.115	0



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Fernão Dias S.A (“Companhia”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Autopista Fernão Dias S.A. foi outorgada em Julho de 2007 através da licitação correspondente ao Edital nº 002/2007, constituída em 19 de dezembro de 2007 e teve suas operações iniciadas em 15 de agosto de 2008, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), publicado em 15 de fevereiro de 2008, e tem por objetivo exclusivo a exploração do Lote 05 do Programa Federal de Concessões Rodoviárias, compreendendo o trecho da rodovia BR-381 SP/MG que liga São Paulo/SP a Belo Horizonte/ MG. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração sob forma de concessão de serviço público precedido de obra pública, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias de todo o sistema rodoviário do lote concedido, com o direito de cobrança de pedágio. O prazo de concessão é 25 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, não sendo admitida a prorrogação do mesmo.

O trecho administrado tem uma extensão de 562,1 km, passando pelos municípios de Guarulhos, São Paulo, Mairiporã, Atibaia, Bragança Paulista, Vargem, Extrema, Itapeva, Camanducaia, Cambuí, Estiva, Pouso Alegre, São Sebastião da Bela Vista, Careagu, São Gonçalo do Sapucaí, Campanha, Três Corações, Carmo da Cachoeira, Nepomuceno, Lavras, Ribeirão Vermelho, Perdões, Santo Antônio do Amparo, Oliveira, Carmópolis de Minas, Itaguara, Itatiaiuçu, Rio Manso, Brumadinho, Igarapé, São Joaquim de Bicas, Betim e Contagem. A Rodovia Fernão Dias exerce importante papel do ponto de vista econômico, pois faz parte do principal corredor rodoviário de interligação dos mais importantes pólos econômicos das regiões Sudeste e Sul do Brasil e destas com os principais países do MERCOSUL.

Atualmente, a Companhia opera oito praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Relatório da Administração



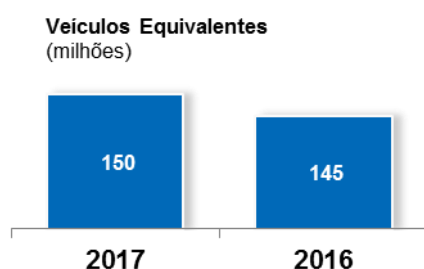
Nome da Praça	Localização	Tarifa
Mairiporã	BR 381 KM 065+700	R\$ 2,30
Vargem	BR 381 KM 007+200	R\$ 2,30
Cambuí	BR 381 KM 900+900	R\$ 2,30
São Gonçalo do Sapucaí	BR 381 KM 805+200	R\$ 2,30
Carmo da Cachoeira	BR 381 KM 735+500	R\$ 2,30
Santo Antonio da Amparo	BR 381 KM 658+300	R\$ 2,30
Carmópolis de Minas	BR 381 KM 597+700	R\$ 2,30
Itatiaiuçu	BR 381 KM 545+900	R\$ 2,30

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

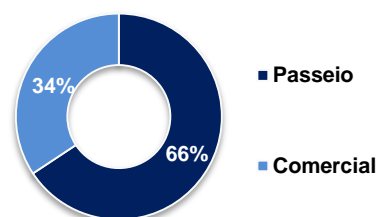
Tráfego

- O tráfego pedagiado totalizou 150 milhões de veículos equivalentes em 2017, aumento de 3,4% em relação ao ano anterior (145 milhões). Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente a atividade econômica brasileira, o que inclui a melhora nos níveis de produção industrial e agrícola.

Tráfego Pedagiado



Composição do Tráfego – 2017



Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$ 520,5 milhões em 2017, com aumento de 22,2% em relação aos R\$ 425,8 milhões registrados em 2016.

Relatório da Administração

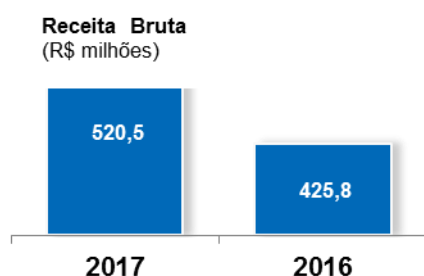


A receita de pedágio aumentou 20,3%, passando de R\$ 262,6 milhões em 2016 para R\$ 315,8 milhões em 2017. A principal razão que levou ao aumento na receita foi o reajuste da tarifa e melhora no tráfego pedagiado.

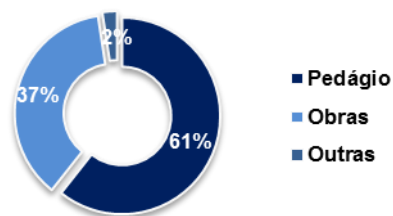
As receitas acessórias, advindas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$ 12,5 milhões, redução de 1,9% em 2017. Em 2016 houve cobrança extemporânea, visto o encerramento de negociações no referido período oriundas na quase totalidade de aluguel de dutos para fibra óptica ao longo da rodovia.

Já a receita de obras registrou aumento de R\$ 41,7 milhões (27,7%), passando de R\$ 150,4 milhões em 2016 para R\$ 192,1 milhões em 2017. Esse aumento foi em decorrência do maior volume de obras executadas ao longo da rodovia, em cumprimento ao cronograma de obras.

No ano de 2017 a companhia registrou uma receita líquida de R\$ 491,3 milhões, crescimento de 22,5% (R\$ 90,2 milhões) ante 2016.



Composição da Receita Bruta
Ano 2017



Relatório da Administração



Custos e Despesas

R\$ milhões	2017	2016	Var.
Custo dos serviços de construção	(192,1)	(150,4)	27,7%
Serviços de terceiros	(35,9)	(31,5)	14,0%
Pessoal	(41,8)	(40,3)	3,7%
Provisão p/ manutenção em rodovias	10,3	(27,6)	-137,3%
Conservação	(29,5)	(23,8)	23,9%
Verba de fiscalização	(14,1)	(13,2)	6,8%
Seguros e garantias	(3,6)	(3,9)	-7,7%
Remuneração da Administração	(2,1)	(1,8)	16,7%
Consumo	(9,3)	(10,5)	-11,4%
Outros	(22,2)	(24,2)	-8,3%
Custos e despesas	(340,3)	(327,2)	4,0%

Os custos e despesas (excluindo depreciação e amortização) tiveram um aumento de 4,0% em 2017 em comparação ao exercício de 2016. O aumento foi ocasionado (i) pela variação da rubrica “custo de serviços da construção” registrado em função da adoção do ICPC 01, com contrapartida em receitas de obras em igual valor e, portanto, sem impacto no resultado; (ii) pela variação dos demais custos e despesas abaixo relacionados:

- Aumento na rubrica Serviço de Terceiros em R\$ 4,4 milhões (14,0%) em comparação a 2016, devido a (i) reclassificação contábil do aluguel de guinchos leves utilizados na operação da rodovia, que em 2016 foi classificado como aluguel de veículos. (ii) Atualização do preço do serviço de APH (Atendimento pré-hospitalar), (iii) além da terceirização do serviço de limpeza.
- Aumento de R\$ 1,5 milhão (3,7%) de custos com pessoal, basicamente em decorrência ao dissídio coletivo.
- Houve reversão de R\$ 10,3 milhões (137,3%) na rubrica “Provisão p/ manutenção em rodovias” em razão da revisão da provisão frente à expectativa de manutenção na rodovia, segundo o contrato de concessão.
- Aumento de R\$ 5,7 milhões (23,9%), na linha de Conservação em função da assinatura de novos contratos com alteração do escopo de trabalho dos prestadores de serviço, este, sendo medido por qualidade e produtividade, ocasionando aumento no custo dos respectivos contratos.
- Redução de R\$ 1,2 milhão (11,4%), no consumo, em decorrência de economia com “Energia Elétrica”. Houve substituição de lâmpadas alógenas por LED. Além de menor demanda na aquisição de materiais.

Relatório da Administração



- Redução de R\$ 2 milhões (8,3%) na rubrica “Outros”, devido principalmente à menores despesas com provisões para contingências jurídicas. Em 2016 a Sociedade constituiu provisão de riscos administrativos/regulatórios no valor de R\$3 milhões referente a autos de infrações emitidos pela ANTT.

EBITDA			
R\$ milhões	2017	2016	Var.
Receita líquida	491,3	401,1	22,5%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(340,3)	(327,2)	4,0%
EBITDA¹	151,0	73,9	104,4%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	(10,3)	27,6	-137,3%
EBITDA Ajustado²	140,7	101,5	38,7%

1 EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2 Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços na rodovia, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou o ano de 2017 em R\$ 140,7 milhões, um acréscimo de 38,7% em relação ao exercício de 2016. Esse aumento refere-se principalmente ao incremento da tarifa e ao aumento do tráfego pedagiado conforme descrito nas seções anteriores, além de um estorno de provisão de manutenção realizado.

Resultado Financeiro			
R\$ milhões	2017	2016	Var.
Receitas Financeiras	5,5	7,2	-23,6%
Despesas Financeiras	(91,2)	(132,7)	-31,3%
Resultado Financeiro Líquido	(85,7)	(125,5)	-31,7%

Relatório da Administração

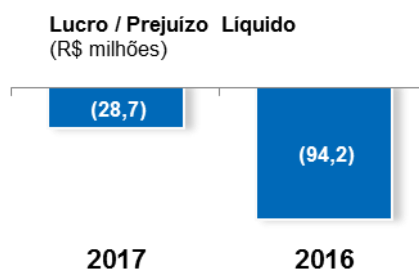


Em 2017, a Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 85,7 milhões, uma melhora de 31,7% em relação a 2016. Os principais fatores que influenciaram esse resultado foram:

- As despesas financeiras apresentaram uma redução de R\$ 41,5 milhões (31,3%) em relação à 2016. Fato decorrente da diminuição das taxas de juros que incidem sobre os financiamentos e de uma menor dívida bruta média ao longo de 2017, além disso, devido à integralização de alguns mútuos e debentures privadas com a controladora Arteris S.A.

Prejuízo Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2017 com prejuízo líquido de R\$ 28,7 milhões, uma melhora de 69,5% ante ao registrado em 2016. Essa expressiva melhora se deve principalmente ao incremento da tarifa, aumento do tráfego e à redução das despesas financeiras.



Endividamento

R\$ milhões	31/12/2017	31/12/2016	Var.
Dívida Bruta	707,1	692,4	2,1%
Curto Prazo	58,6	54,4	7,7%
Longo Prazo	648,5	638,0	1,6%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	(51,7)	(37,0)	39,7%
Dívida Líquida	655,4	655,4	0,0%

¹ Curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2017, o endividamento bruto totalizou R\$ 707,1 milhões, apresentando aumento de R\$ 14,7 milhões, 2,1% em relação ao ano anterior. Esse aumento é derivado de liberações oriundas do contrato de financiamento junto ao BNDES ao longo do exercício.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2017 em R\$ 655,4

Relatório da Administração



milhões, praticamente o mesmo montante registrado no encerramento do exercício de 2016. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado ficou em 4,7x, enquanto que ao final do exercício anterior esta relação era de 6,5x.

INVESTIMENTOS

Foram desembolsados R\$ 199,4 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos previsto, dentre os quais vale destacar: (i) manutenção do pavimento; (ii) recuperação de terraplenos e estruturas de contenção ao longo da Rodovia; (iii) implantação de dispositivos de Proteção e Segurança; (iv) melhoria das cortinas atirantadas. Do montante desembolsado 69% foram para obras de recuperação e manutenção da rodovia, 24% para obras de melhoramento da rodovia e 7% para a operação da rodovia.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2017	2016
Empregos Diretos	773	772
Rotatividade	1,15%	1,57%

No que concerne à diversidade, apresentamos um indicador com participação igualitária de homens e mulheres, sendo em números 384 mulheres contra 389 homens. A média de idade está concentrada em 35 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo (antigo Segundo Grau), com 69,68% dos empregados. Destacamos que 17,47% possuem nível superior completo e 3,93% tem mestrado e ou pós-graduação. Ao longo de 2017, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 28.647,5 horas de treinamento, o que corresponde, a 37,06 horas de treinamento por profissional.

Responsabilidade Social e Ambiental - Sustentabilidade

A Arteris é uma companhia que conduz seus negócios e tomadas de decisões de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento das comunidades lindeiras, dos colaboradores e da sociedade como um todo. Para o Grupo, a sustentabilidade do negócio é reflexo do respeito às pessoas, aos recursos e ao meio ambiente – condições essenciais para que a sua missão de atuar de forma relevante para

Relatório da Administração



o desenvolvimento da infraestrutura do País se concretize de forma perene e com benefícios para o público.

A Arteris possui ações em seis áreas:

Segurança

Ano a ano, a Arteris investe em obras de ampliação, melhoria e conservação das rodovias sob sua administração, estabelecidas nos contratos de concessão para assegurar aos usuários vias cada vez mais modernas e seguras.

As ações de engenharia não são as únicas em curso para que as rodovias sejam mais seguras. Programas de sensibilização, conscientização e educação para um trânsito mais seguro têm se mostrado fundamentais, tanto que os acidentes fatais nas rodovias administradas pela companhia já foram reduzidos em 36% na atual década. A meta é reduzir ainda mais: 50% do total de acidentes nas rodovias sob concessão no período 2011-2020.

Entre as ações mais relevantes dessa estratégia estão o Grupo Estratégico de Redução de Acidentes, as parcerias com órgãos públicos e privados, como é o caso do Movimento Paulista de Segurança no Trânsito e a construção de espaços permanentes de diálogos com diferentes grupos em torno do tema, como aqueles que acontecem durante o Mês de Segurança no Trânsito e a realização do Fórum Arteris de Segurança.

No Grupo Estratégico de Redução de Acidentes (GERAR), a Arteris realiza estudos e planos de ação para zerar o número de acidentes no ambiente de trabalho e reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias administradas pelo Grupo. Junto ao Movimento Paulista de Segurança no Trânsito, apoia a realização de iniciativas de segurança viária em diversas frentes, especialmente disseminando mensagens de segurança por meio de campanhas. No Mês da Segurança Arteris, promove ação de conscientização pioneira no setor de concessões de rodovias. No Fórum Arteris de Segurança, o Grupo tem a oportunidade ímpar de reunir especialistas para compartilhar e trocar experiências na busca de soluções inovadoras para a questão da segurança viária no Brasil e no mundo.

Educação

A educação e a humanização do trânsito são prioridades na atuação da Arteris. Pensando nisso, a companhia criou o Projeto Escola, que, há 16 anos, desenvolve atividades com professores e alunos da rede pública de educação relacionadas à segurança no trânsito. Os números do programa chamam atenção: 287 mil alunos, 16,3 mil professores, 590 escolas públicas e unidades da Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), 138 municípios e 5 estados.

Além do Projeto Escola, a Arteris também desenvolve diversas ações que disseminam mensagens de segurança nas comunidades lindeiras como o Viva Pedestre e o Passarela Viva, que conscientizam os pedestres sobre a importância de circular com segurança, atravessar a rua olhando para os dois lados e utilizar corretamente as passarelas e calçadas construídas na faixa de domínio das rodovias.

Relatório da Administração



Assim como os pedestres, os ciclistas também recebem atenção especial nas campanhas de conscientização realizadas pelas concessionárias da Arteris. Por meio do programa Viva Ciclista, o Grupo promove ações educativas com foco na conscientização para prevenção de acidentes.

O Viva Motociclista também promove ações para os usuários de moto nas rodovias administradas pelo Grupo. Entre os serviços prestados estão ações práticas de segurança que muitas vezes ficam negligenciadas, como a limpeza dos capacetes e a cristalização das viseiras.

A companhia também criou o Tô de Cinto, Tô Seguro, por meio do qual conscientiza usuários de transporte público sobre a necessidade do uso do cinto em todas as viagens.

Já o Viva Seguro leva para empresas, escolas e organizações dos municípios da área de abrangência os conhecimentos internos do Grupo sobre segurança no trânsito.

O Viva Comunidade amplia o alcance dos programas sociais da companhia e reforça valores da educação no trânsito e da atitude cidadã. O projeto leva os programas sociais já desenvolvidos pelo Grupo para além dos limites da rodovia.

Saúde

Comprometida com a segurança e o bem-estar dos usuários das rodovias que administra, a Arteris realiza a campanha Saúde na Boleia, que possibilita o acesso gratuito a exames médicos, vacinação, palestras e conscientização em saúde. Com uma abordagem preventiva, que estimula a realização de exames, o Programa já beneficiou mais de 100 mil caminhoneiros.

Meio Ambiente

Comprometida com os cuidados com o meio ambiente, a Arteris desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas e plantio de mudas de vegetação nativa. O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo no qual o Grupo acompanha a execução das ações nesta área. A companhia ainda faz reciclagem de lixo e possui convênios com universidades para o controle da fauna.

Além disso, a Arteris criou projetos de educação ambiental para incentivar ainda mais a consciência e responsabilidade com o planeta. O programa Viva Meio Ambiente, por exemplo, leva educação ambiental para escolas públicas e unidades da Apae (Associação dos Pais e Amigos de Excepcionais) da área de concessão. Criado em 2009, o Projeto é aplicado em 590 instituições, pertencentes a 138 municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina.

Projetos culturais, sociais e esportivos

A fim de promover cultura e esporte, a companhia apoia projetos locais por intermédio do incentivo fiscal. Nessas oportunidades, a Arteris promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades estabelecidas em cidades lindeiras às rodovias.

Relatório da Administração



As cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Florianópolis já foram contempladas por grandes exposições, como Salvador Dalí, Joan Miró, Pablo Picasso e Antoni Gaudí patrocinadas pelo Grupo. Além da Escola de Teatro Bolshoi, Projeto Guri, Festival ChorandoSemParar, Natal Luz de Lages (SC), Projeto Kimono de Ouro de Araras (SP), Projeto Amparo (Idosos), GRAAC, AACD, Fundação Dorina Nowill e Hospital de Câncer de Barretos.

Voluntariado

O Programa Voluntários oferece aos colaboradores da Arteris a possibilidade de participar de ações voluntárias, aumentando a prática da cidadania e o compromisso com os valores da companhia, agregando, assim, valor ao negócio. O Programa direciona os colaboradores do Grupo com o objetivo de construir uma rede cada vez mais ampla de pessoas engajadas socialmente, movidas pelo sentimento colaborativo, promovendo o melhor relacionamento entre os profissionais, comunidade e companhia.

As iniciativas são definidas de acordo com as necessidades locais. Podem envolver, por exemplo, entretenimento e diversão para crianças hospitalizadas, projetos de melhoria dos espaços de atendimento ou de criação de jardins, eventos de convivência social, doação de sangue, entre outros.

O Programa Lacre Amigo Arteris é uma dessas iniciativas, na qual colaboradores, familiares, usuários das rodovias, instituições e empresas parceiras atuam no recolhimento de lacres de latinhas de alumínio que viram “moeda de troca” para possibilitar a doação de cadeiras de rodas a diversas instituições. Desde 2011, o projeto já entregou mais de 350 cadeiras de rodas.

AGRADECIMENTOS

A Concessionária Autopista Fernão Dias S/A gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de funcionários, pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n°. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Relatório da Administração



Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no Relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Pouso Alegre, 20 de fevereiro de 2018.

A Administração

Diretoria

David Antonio Díaz Almazán
Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro/
Diretor de Relação com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Diretora Jurídica

Helvécio Tamm de Lima Filho
Diretor Superintendente

Maurício Teodoro de Souza
Contador
CRC MG 076073-O-0

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán
Conselheiro

Linomar Barros Deroldo
Conselheiro

Angelo Luiz Lodi
Conselheiro

Juan Gabriel Lopez Moreno
Conselheiro

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias **S.A.**

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas S.A.AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fernão Dias S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, situada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rodovia Fernão Dias, BR 381, Km 850,5. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381 - SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 15 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de dezembro de 2017 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 118.249 (R\$167.473 em 31 de dezembro de 2016).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2018.

2. CONCESSÕES

A Autopista Fernão Dias S.A. é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381- SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007.

A Sociedade está em plena operação desde 09 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65+559 P1-Norte e 66+572 P1-Sul – Mairiporã-

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa.
- 94,26 km de vias laterais.
- 8,13 km de variantes/contornos.
- Construção de 50 passarelas.
- Construção de 8 praças de pedágio.
- Construção de 12 Bases de Serviços Operacionais – BSO's.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Implantação de 8 trevos em desnível em pista dupla.
- Implantação de 208.681 metros de defensas metálicas.
- Implantação de 62.556 metros de barreiras de concreto.
- Implantação de 1 retorno operacional.
- Remodelação do Sistema Viário entre o km 88 ao km 90,4.
- Recomposição de Talude em Gabião no Contorno de Betim (fora da faixa) – Córrego Santo Antônio.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$7.916. A partir de 31 de dezembro de 2017 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$119.400 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

Notas Explicativas

- (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.
- (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.
- (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- (g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$470.570 (R\$569.028 em 31 de dezembro de 2016) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$600.392 (R\$661.198 em 31 de dezembro de 2016) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2017 estas obras estão estimadas em R\$107.902.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- i. Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 17.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

A Sociedade celebrou Termo de Ajuste de Conduta - TAC, com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura deste TAC a Sociedade, vem realizando o equivalente à R\$28.200 em novas obras que já estão em andamento não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão. Parte dessas obras estão concluídas ou em andamento, seja na fase de projetos ou de obras iniciais.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Notas Explicativas S.A.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Sociedade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 17 – Contratos de construção, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Sociedade referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 compreendem contas a receber (nota explicativa nº 6) e contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 15).

Ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados, no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 compreendem as aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa nº 8)

Os passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Notas Explicativas S.A.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12) e debêntures (nota explicativa nº 13)

Outros passivos financeiros

Fornecedores e outras contas a pagar

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 compreendem saldos a pagar de fornecedores nacionais.

4.2 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.3 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido as despesas das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

b) Depreciação

As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens demonstrada na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

4.4 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo do contrato de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado linearmente, com base no prazo remanescente da concessão ou pela vida útil (dos dois o menor), a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

4.5 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.6 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

4.7 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Notas Explicativas S.A.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e partindo da estimativa da Sociedade de lucros tributáveis futuros.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 7.

4.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e que é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

a) Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

b) Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

c) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.10 Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.11 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.12 Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na

Notas Explicativas S.A.

rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 18.

4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante o exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.14 Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

IFRSs novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras.

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
Alterações à IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018)	A IFRS 9 é a primeira norma emitida como parte de um processo mais amplo para substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação na IAS 39 sobre o <i>impairment</i> de ativos financeiros e contabilização de hedge continua aplicável
IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018)	A IFRS 15 substitui a IAS 18, IFRIC 13 e SIC 31 (CPC 30 (R1)), IAS 11 (CPC 17 (R1)), IFRIC 15 (ICPC 02) e IFRIC 18 (ICPC 11). A IFRS 15 especifica como e quando uma entidade reconhecerá receitas decorrentes de contratos e relacionamentos com clientes e exige que essas entidades forneçam divulgações mais detalhadas e relevantes para os usuários das demonstrações financeiras. Essa norma estabelece em um único documento princípios de reconhecimento aplicável a todos os tipos de receitas de contratos e/ou relacionamento com os clientes.
IFRS 16 - Arrendamentos (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	A IFRS 16 fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Ela substituirá as seguintes Norma e Interpretações quando estiver em vigor: <ul style="list-style-type: none"> - IAS 17 Arrendamentos; - IFRIC 4 Determinação se um Acordo contém Arrendamento; - SIC-15 Arrendamentos Operacionais – Incentivos; e - SIC-27 Avaliação da Essência das Transações Envolvendo a Forma Legal de Um Arrendamento.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
Alterações à IFRS 2 Classificação e Mensuração de Transações de Pagamento Baseado em Ações (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018)	<p>As alterações esclarecem o seguinte:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ao estimar o valor justo de um pagamento baseado em ações liquidado à vista, a contabilização dos efeitos das condições de aquisição e de não aquisição de direito devem seguir a mesma abordagem de pagamentos baseados em ações liquidados em ações. 2. Se uma lei ou regulamento fiscal requer que uma entidade retenha um número específico de instrumentos de patrimônio igual ao valor monetário da obrigação fiscal do funcionário para atender ao passivo fiscal do funcionário que é remetido para a autoridade fiscal (normalmente em dinheiro), ou seja, o acordo de pagamento baseado em ações tem uma “característica de liquidação pelo valor líquido”, esse acordo deve ser totalmente classificado como um pagamento liquidado em ações, desde que o pagamento baseado em ações tenha sido classificado como liquidado em ações, mas não incluído na característica de liquidação pelo valor líquido. 3. Uma modificação de um pagamento baseado em ações que muda a transação de liquidada à vista para liquidada em ações deve ser contabilizada da seguinte forma: <ol style="list-style-type: none"> (i) o passivo original é baixado; (ii) o pagamento baseado em ações e liquidado em ações é reconhecido ao valor justo do instrumento de patrimônio na data da modificação, na medida em que os serviços tenham sido executados até a data de modificação; e (iii) qualquer diferença entre o valor contábil do passivo na data da modificação e o valor reconhecido no patrimônio líquido deve ser imediatamente reconhecido no resultado.
Alterações à IFRS 10 e IAS 28 Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto (em vigor para exercícios iniciados a partir de uma data a ser determinada)	As alterações tratam de situações em que há uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto. IAS 28 e IFRS 10

A Administração da Sociedade avaliou ou está em processo de avaliação e mensuração dos impactos na adoção dessas normas. Com base em avaliações preliminares a Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito significativo sobre as demonstrações financeiras, exceto pelo IFRS 16, em que a Sociedade entende que o maior impacto produzido por essa norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a rodovias e a alugueis de edifícios e equipamentos, porém até o fechamento destas demonstrações financeiras, a Sociedade está em processo de análise destes e dos demais contratos de arrendamento para eleger o critério de transição à nova Norma.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

Notas Explicativas S.A.

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Caixa e contas bancárias	4.195	2.784
Aplicações financeiras (*)	<u>23.095</u>	<u>9.446</u>
Total	<u>27.290</u>	<u>12.230</u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 97,37% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, Certificado de Depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimentos, inclusive as LFT's, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	14.054	12.426	-
Cartões de pedágio a receber	909	711	-
Receitas acessórias a receber (a)	<u>3.445</u>	<u>12.750</u>	<u>1.123</u>
Total	<u>18.408</u>	<u>25.887</u>	<u>1.123</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 25.c.

(a) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é como segue:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(43.492)	(142.715)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de receita de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	14.787	48.523
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(11)	(14)
Total	<u>14.776</u>	<u>48.509</u>
 Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	<u>14.776</u>	<u>48.509</u>
	<u>14.776</u>	<u>48.509</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Bases do ativo diferido:</u>		
Prejuízo fiscal (a)	278.561	225.216
Provisão de participação nos lucros	2.631	2.307
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	5.365	4.366
Outras provisões	3.117	1.858
Provisão para manutenção de rodovias	107.678	127.346
Amortização acumulada de obras futuras	9.808	6.085
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	1.472	1.967
Ajuste dos encargos financeiros (receitas acessórias)	12	227
Estorno de capitalização de juros	587	587
Amortização estorno de capitalização de juros	(97)	(65)
Base de cálculo ativa	<u>409.134</u>	<u>369.894</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>139.106</u>	<u>125.764</u>
 <u>Bases do passivo diferido:</u>		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(76.678)	(76.678)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	12.662	8.442
Base de cálculo passiva	<u>(64.016)</u>	<u>(68.236)</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(21.765)</u>	<u>(23.200)</u>
 Base de cálculo	<u>345.118</u>	<u>301.658</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>117.340</u>	<u>102.564</u>

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- (b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Notas Explicativas S.A.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2018	7.679
2019	12.687
2020	12.687
2021	12.687
Após 2022	93.366
	<u>139.106</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 51% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais, os recursos excedentes são transferidos para conta-corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o ao BNDES, o valor mínimo equivalente a soma das prestações pagas nos 3 (três) últimos meses, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo é de R\$24.397 (R\$24.767 em 31 de dezembro de 2016), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,37% da variação do CDI.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2015	454	1.067	3.260	1.085	5.866
Adições	1.879	-	545	431	2.855
Transferências/Reclassificações	-	-	-	283	283
Alienações/baixas	(8)	-	(36)	(14)	(58)
Saldo em 31.12.2016	2.325	1.067	3.769	1.785	8.946
Adições	96	151	1.577	143	1.967
Transferências/Reclassificações	9	-	224	13	246
Alienações/baixas	(3)	(8)	-	(6)	(17)
Saldo em 31.12.2017	2.427	1.210	5.570	1.935	11.142
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(260)	(591)	(2.523)	(441)	(3.815)
Depreciações	(94)	(71)	(268)	(128)	(561)
Alienações/baixas	6	-	31	8	45
Saldo em 31.12.2016	(348)	(662)	(2.760)	(561)	(4.331)
Depreciações	(224)	(56)	(408)	(153)	(841)
Alienações/baixas	2	8	-	4	14
Saldo em 31.12.2017	(570)	(710)	(3.168)	(710)	(5.158)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.977	405	1.009	1.224	4.615
Saldo em 31.12.2017	1.857	500	2.402	1.225	5.984
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	

Notas Explicativas

26

Autopista Fernão Dias S.A.

10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
Custo do intangível					
Saldo em 31.12.2015	1.549.099	2.051	188.688	69	1.739.907
Adições	98.869	916	50.529	580	150.894
Transferências/Reclassificações	201.576	-	(201.859)	-	(283)
Alienações/baixas	(391)	-	-	-	(391)
Saldo em 31.12.2016	1.849.153	2.967	37.358	649	1.890.127
Adições	174.752	699	52.387	190	228.028
Transferências/Reclassificações	53.488	-	(52.930)	(804)	(246)
Alienações/baixas	(2.437)	-	-	-	(2.437)
Saldo em 31.12.2017	2.074.956	3.666	36.815	35	2.115.472
Amortização acumulada					
Saldo em 31.12.2015	(193.528)	(1.113)	-	-	(194.641)
Amortizações	(86.052)	(429)	-	-	(86.481)
Alienações/baixas	38	-	-	-	38
Saldo em 31.12.2016	(279.542)	(1.542)	-	-	(281.084)
Amortizações	(103.577)	(472)	-	-	(104.049)
Alienações/baixas	67	-	-	-	67
Saldo em 31.12.2017	(383.052)	(2.014)	-	-	(385.066)
Intangível líquido					
Saldo em 31.12.2016	1.569.611	1.425	37.358	649	1.609.043
Saldo em 31.12.2017	1.691.904	1.652	36.815	35	1.730.406
Taxas de amortização - a.a.	4%	20%			

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se a obras em andamento tendo como a principal a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade capitalizou o montante de R\$ 3.723 (R\$8.279 em 31 de dezembro de 2016) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais das dívidas, em 2017 foi de 0,42% a.a. (1,22% a.a. em 2016).

Notas Explicativas S.A.

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoa/administradores	6.576	6.576
Consumo	8.659	8.659
Custos contratuais da concessão	8.876	8.876
Depreciações e amortizações	103	103
Conservação da rodovia	9.473	9.473
Serviços de terceiros	1.837	1.837
Tributários	2.229	2.229
Resultados financeiros	(690)	(690)
Outros gastos	2	2
	<u>37.065</u>	<u>37.065</u>
Amortização acumulada	<u>(33.499)</u>	<u>(29.608)</u>
	<u>3.566</u>	<u>7.457</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>31.12.2017</u>		<u>31.12.2016</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
<u>Moeda Local</u>				
Financiamento de equipamentos – (FINAME) (a)	235	117	235	351
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	58.807	580.164	54.655	575.755
	<u>59.042</u>	<u>580.281</u>	<u>54.890</u>	<u>576.106</u>
Custo de transação	<u>(437)</u>	<u>(4.285)</u>	<u>(490)</u>	<u>(3.798)</u>
	<u>58.605</u>	<u>575.996</u>	<u>54.400</u>	<u>572.308</u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

A composição dos empréstimos é como segue:

Referência	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2017	31.12.2016
(a)	Real	Finame	6% a.a.	jun/19	Próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias	352	586
(b)	Real	BNDES	TJLP+3,05%	mar/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	509.064	554.201
(b)	Real	BNDES	TJLP+3,25%	dez/29	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	129.907	76.209
						<u>639.323</u>	<u>630.996</u>

Em 31 de Dezembro de 2017, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2019	63.259
2020	74.242
2021	80.977
2022	88.323
A partir de 2023	<u>273.480</u>
	<u>580.281</u>

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

	<u>31.12.2017</u>		<u>31.12.2016</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Debêntures	-	72.706	-	65.935
Custo de transação	<u>(22)</u>	<u>(172)</u>	<u>(22)</u>	<u>(194)</u>
Total	<u>(22)</u>	<u>72.534</u>	<u>(22)</u>	<u>65.741</u>

A composição das debêntures é como segue:

<u>Série</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
4ª emissão - Série única	65.000	IPCA+7,52% a.a.	set/26	72.706	65.935

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Notas Explicativas S.A.

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor nominal unitário</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
4ª emissão Única	15.05.2016	65.000	1.000	14.11.2016	67.540

O valor justo das debêntures registradas no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

As debêntures da 4ª emissão da Sociedade são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

Em 31 de dezembro de 2017 a Sociedade, não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R\$30.209 (R\$25.477 em 31 de dezembro de 2016), refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$12.607 (R\$10.987 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	37	-
Total	<u>37</u>	<u>-</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	-	23.755
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	963	1.520
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	539	3.715
Total	<u>1.502</u>	<u>28.990</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	-	357.683
Total	<u>-</u>	<u>357.683</u>

<u>Contas de Resultado:</u>	<u>31.12.2017</u>			<u>31.12.2016</u>		
	Conservação da rodovia (c)	Despesas/Receitas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)/(b)	Conservação da rodovia (c)	Despesas/Receitas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)/(b)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	(16.406)	(7.097)	-	(65.139)	(6.660)
Juros Capitalizados (*)	-	-	-	-	1.115	-
<u>Outras partes relacionadas</u>						
Latina Manutenção de Rodovias	(7.566)	-	-	(20.426)	-	-
Latina Sinalização de Rodovias	-	-	-	-	-	-
Total	<u>(7.566)</u>	<u>(16.406)</u>	<u>(7.097)</u>	<u>(20.426)</u>	<u>(64.024)</u>	<u>(6.660)</u>

(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

- (a) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da “Holding”, baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.

Notas Explicativas S.A.

- (b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (c) Decorrentes da 3ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, celebradas com a Arteris S.A, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,5% ao ano. No mês de abril de 2017 a Sociedade liquidou as referidas obrigações com sua controladora mediante emissão de 681.695.828 novas ações ordinária nominativas e sem valor nominal as quais foram totalmente integralizadas na mesma data. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
19.08.2015	21.08.2017	CDI + 1,5% a.a.	-	-	20.000	3.755
			-	-	20.000	3.755

- (d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,037% a 1,70% ao ano. No mês de abril de 2017 a Sociedade quitou as referidas obrigações mediante emissão de 681.695.828 novas ações ordinária nominativas e sem valor nominal as quais foram totalmente integralizadas na mesma data. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
04.09.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	-	-
17.09.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	-	-
06.10.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	-	-
27.10.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	8.022	23
05.11.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	17.000	20.132
28.11.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	12.000	14.009
05.12.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	16.000	18.599
19.12.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	16.000	5.899
08.02.2013	31.12.2019	CDI + 1,700% a.a.	-	-	50.000	26.181
24.06.2013	31.12.2019	CDI + 1,700% a.a.	-	-	25.000	12.085
15.01.2014	31.12.2019	CDI + 1,400% a.a.	-	-	45.000	18.031
25.06.2014	31.12.2019	CDI + 1,400% a.a.	-	-	40.000	13.702
			-	-	229.022	128.661

Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$25.202 (R\$25.030 em 31 de dezembro de 2016), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.286, a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionado de R\$682 relativo ao rateio da Holding, que totaliza R\$1.968 (R\$1.903 em 31 de dezembro de 2016), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 18 de abril de 2017, sendo a remuneração global anual sem encargos de até

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

R\$1.000. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$2.631 e R\$2.307.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. PROVISÕES**Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios**

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é conforme segue:

Notas Explicativas S.A.

	31.12.2016	Adições	Reversões	Pagamentos	31.12.2017
Cíveis	749	2.000	(619)	(1.539)	591
Trabalhistas	663	3.022	(867)	(2.257)	561
Regulatórias (*)	2.954	1.259	-	-	4.213
Total	<u>4.366</u>	<u>6.281</u>	<u>(1.486)</u>	<u>(3.796)</u>	<u>5.365</u>

	31.12.2015	Adições	Reversões	Pagamentos	31.12.2016
Cíveis	304	2.252	(452)	(1.355)	749
Trabalhistas	250	920	(196)	(311)	663
Regulatórias (*)	-	2.954	-	-	2.954
Total	<u>554</u>	<u>6.126</u>	<u>(648)</u>	<u>(1.666)</u>	<u>4.366</u>

(*) A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$4.213 (R\$2.954 em 31 de dezembro de 2016).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e regulatórios ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$4.215 em 31 de dezembro de 2017 (R\$816 em 31 de dezembro de 2016).

Os depósitos judiciais no montante de R\$20.176 em 31 de dezembro de 2017 (R\$18.475 em 31 de dezembro de 2016) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por desapropriações e autos de infração impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2016	31.734	42.171	257	85.175
Adições/Reversões (a)	-	(25.833)	32.010	15.522
Utilizações	(172)	(16.774)	-	-
Ajuste a valor presente	1.189	-	(1.684)	7.417
Transferências	(11.235)	27.419	11.235	(27.419)
Saldo em 31.12.2017	<u>21.516</u>	<u>26.983</u>	<u>41.818</u>	<u>80.695</u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2015	10.733	-	30.666	93.091
Adições/Reversões	(9.561)	13.460	-	14.166
Utilizações	(189)	-	-	-
Ajuste a valor presente	2.532	-	(2.190)	6.629
Transferências	28.219	28.711	(28.219)	(28.711)
Saldos em 31.12.2016	<u>31.734</u>	<u>42.171</u>	<u>257</u>	<u>85.175</u>

(a) Em 2017 houve complemento dos valores referente a provisão de investimentos em virtude da revisão dos projetos e prazo de execução.

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$13.010 (não haviam realizações em 31 de dezembro de 2016).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 1.236.385 (R\$ 726.001 em 31 de dezembro de 2016), composto por 1.751.387.796 ações ordinárias e sem valor nominal, (878.955.396 em 31 de dezembro de 2016), integralizadas pelo valor de R\$1.227.885 (R\$ 706.001 em 31 de dezembro de 2016).

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
20.07.2016	AGE	Dinheiro	-	-	20.000
20.02.2017	AGE	Dinheiro	42.483.660	26.000	26.000
20.03.2017	AGE	Dinheiro	4.991.681	3.000	3.000
05.04.2017	AGE	Dinheiro	6.655.574	4.000	4.000
18.04.2017	AGE	Dinheiro	36.605.657	22.000	12.000
28.04.2017	AGE	Mútuo	681.695.828	395.384	395.384
05.09.2017	AGE	Dinheiro	-	-	5.000
20.09.2017	AGE	Dinheiro	-	-	5.000
05.10.2017	AGE	Dinheiro	8.333.333	5.000	5.000
31.10.2017	AGE	Dinheiro	91.666.667	55.000	5.000
06.11.2017	AGE	Dinheiro	-	-	7.000
21.11.2017	AGE	Dinheiro	-	-	15.000
20.12.2017	AGE	Dinheiro	-	-	19.500
			<u>872.432.400</u>	<u>510.384</u>	<u>521.884</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

Notas Explicativas S.A.

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Receita de serviços prestados	315.822	262.593
Receita de serviços de construção	192.137	150.406
Outras receitas	12.573	12.811
	<u>520.532</u>	<u>425.810</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Receita bruta	520.532	425.810
ISSQN	(16.184)	(13.409)
PIS	(2.281)	(1.917)
COFINS	(10.524)	(8.844)
Outras deduções	(200)	(537)
Receita líquida	<u>491.343</u>	<u>401.103</u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Despesas:		
Com pessoal	(10.084)	(8.859)
Serviços de terceiros	(2.174)	(2.559)
Manutenção de bens e conservação	(1.105)	(833)
Depreciação / Amortização	(1.208)	(1.188)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(4.795)	(5.478)
Comunicação e marketing	(1.407)	(1.192)
Seguros/Garantias	(15)	(18)
Consumo	(1.198)	(948)
Transportes	(651)	(598)
Outros	(1.470)	(1.609)
Total	<u>(24.107)</u>	<u>(23.282)</u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(192.137)	(150.406)
Com pessoal	(31.731)	(31.415)
Serviços de terceiros	(33.775)	(28.956)
Conservação	(29.480)	(23.764)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(2.507)	(2.294)
Consumo	(8.147)	(9.542)
Transportes	(6.510)	(8.218)
Verba de fiscalização	(14.132)	(13.230)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(1.976)	(740)
Seguros / Garantias	(3.553)	(3.888)
Provisão de manutenção em rodovias	10.311	(27.626)
Depreciação / Amortização	(107.573)	(89.745)
Outros	<u>(2.821)</u>	<u>(3.155)</u>
Total	<u>(424.031)</u>	<u>(392.979)</u>

Notas Explicativas S.A.**21. RESULTADO FINANCEIRO**

Está representado por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	4.641	5.755
Outras receitas	826	1.474
Total	<u>5.467</u>	<u>7.229</u>
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(82.212)	(123.527)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(6.707)	(6.199)
Outras despesas	(2.249)	(2.968)
Total	<u>(91.168)</u>	<u>(132.694)</u>

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	66.045	27.651
Integralização de capital – mútuos	395.384	-
Juros capitalizados	3.723	8.279
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(39.196)	(25.717)

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do exercício	(28.716)	(94.206)
Número de ações durante exercício	<u>1.428.136</u>	<u>712.277</u>
Prejuízo por ação	<u>(0,0201)</u>	<u>(0,1323)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível	31.12.2017			31.12.2016		
		Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	-	27.290	-	-	12.230	-
Partes relacionadas	Nível 2	-	37	-	-	-	-
Contas a receber clientes	Nível 2	18.408	-	-	27.010	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	-	24.397	-	-	24.767	-
Outras contas a receber	Nível 2	331	-	-	261	-	-
Fornecedores e cauções	Nível 2	-	-	42.816	-	-	36.464
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	-	634.601	-	-	626.708
Debêntures	Nível 2	-	-	72.512	-	-	65.719
Partes relacionadas	Nível 2	-	-	1.502	-	-	386.673
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	-	1.189	-	-	1.132
Outras contas a pagar	Nível 2	-	-	3.643	-	-	4.927
		<u>18.739</u>	<u>51.724</u>	<u>756.263</u>	<u>27.271</u>	<u>36.997</u>	<u>1.121.623</u>

O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Notas Explicativas S.A.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é predeterminada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Sociedade não apresenta saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2017, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e líquidos das aplicações financeiras.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	7,00%	8,75%	10,50%
Receita de aplicações financeiras	2.992	3.740	4.488
Juros a incorrer líquido(*)	2.992	3.740	4.488
TJLP	7,00%	8,75%	10,50%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(44.753)	(55.941)	(67.129)
Juros a incorrer líquido(*)	(44.753)	(55.941)	(67.129)
IPCA	2,79%	3,49%	4,19%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(2.028)	(2.536)	(3.043)
Juros a incorrer líquido(*)	(2.028)	(2.536)	(3.043)
Juros a incorrer (*)	<u>(43.789)</u>	<u>(54.737)</u>	<u>(65.684)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2017 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$14.054 (R\$12.426 em 31 de dezembro de 2016) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais.

Notas Explicativas

A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2018	2019	2020	2021	A partir de 2022	Total
Debêntures - IPCA	12,28%	2.525	5.053	5.250	5.482	129.136	147.446
Finame	6,00%	248	119	-	-	-	367
BNDES Automático	9,05%	109.133	112.638	116.719	116.718	443.094	898.302
Fornecedores e Cauções	-	42.816	-	-	-	-	42.816
Outras contas a pagar	-	3.643	-	-	-	-	3.643
Partes Relacionadas	-	1.502	-	-	-	-	1.502
		<u>159.867</u>	<u>117.810</u>	<u>121.969</u>	<u>122.200</u>	<u>572.230</u>	<u>1.094.076</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	01/01 a 30/03/2018	01/04 a 30/06/2018	01/07 a 30/09/2018	01/10 a 31/12/2018	Total
Debêntures - IPCA	12,28%	-	-	2.525	-	2.525
Finame	6,00%	63	62	62	61	248
BNDES Automático	9,05%	27.265	27.289	27.289	27.290	109.133
Fornecedores e Cauções	-	35.563	4.835	2.418	-	42.816
Outras contas a pagar	-	3.643	-	-	-	3.643
Partes Relacionadas	-	1.502	-	-	-	1.502
		<u>68.036</u>	<u>32.186</u>	<u>32.294</u>	<u>27.351</u>	<u>159.867</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2017, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	169.706

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é de R\$3.155.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Abaixo relação de aumento de capital ocorrido na Sociedade:

Data	Aprovação	Ações emitidas	Valor	Valor integralizado
06.02.2018	AGE	4.310.345	2.500	2.500
06.02.2018	AGE	118.965.517	69.000	2.000
			<u>71.500</u>	<u>4.500</u>

Abaixo relação de integralizações de capital ocorridas na Sociedade:

Data	Aprovação	Valor integralizado
22.01.2018	AGE	8.500
22.01.2018	AGE	2.500
05.02.2018	AGE	2.000
20.02.2018	AGE	13.000
		<u>26.000</u>

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Autopista Fernão Dias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Fernão Dias S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Fernão Dias S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio.

Ativo intangível - Avaliação do risco de redução do ativo intangível ao seu valor recuperável

O ativo intangível é composto principalmente pelos investimentos e obras realizadas nas rodovias e representa 88% do total do ativo. A avaliação da recuperação do ativo intangível da Sociedade, que realiza obras de ampliação da capacidade e de melhoramento das rodovias que representam adições expressivas ao ativo intangível, foi significativa para a nossa auditoria porque o processo de avaliação é complexo, envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de especialistas, para avaliação das premissas e as metodologias usadas pela Sociedade, em especial àquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou crescimento econômico, as taxas de inflação esperadas, a evolução demográfica, o volume de tráfego de veículos, entre outras premissas. As divulgações da Sociedade sobre o ativo intangível constam na nota explicativa 2 "Concessões" que evidencia a natureza da concessão, bem como os investimentos em melhorias na infraestrutura previstos para os próximos anos, e na nota explicativa 10 "Intangível", que demonstra a movimentação dos saldos de ativo intangível durante o exercício.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos comunicar este fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 20 de fevereiro de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Contador

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria Parecer

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Thouche Tohmatsu Auditores Independentes.

Declaração da Diretoria DF's

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Diretoria

David Antonio Díaz Almazán

Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/

Diretor de Relação com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Helvécio Tamm de Lima Filho

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses”.